

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA  
DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ/CE**

**Declaro serem autênticas as  
fotocópias carregadas a esta  
petição, de acordo com o art.  
425, inciso IV do Novo  
Código de Processo Civil.**

**FRANCISCO EDNARDO DA SILVA**, brasileiro, casado, vigilante, portador da cédula de identificação (R.G.) nº. 2007534278-7, devidamente inscrito no C.P.F. sob o nº. 828.845.873-49, residente e domiciliado na Rua São José, S/N, Bairro São José – Viçosa do Ceará/CE, Cep. 62300-000, por intermédio dos seus advogados devidamente constituídos, procuração anexa, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE –  
DPVAT**

, em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 76, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, Cep. 20.031-205, pelos fatos e fundamentos que se seguem, para ao final requerer:

**1. DOS FATOS**

01. Conforme narra o boletim de ocorrência nº 570-333/2017, anexo, o Requerente foi vítima de acidente de trânsito no dia 21 de fevereiro de 2017, quando trafegava pelas Ruas da presente comarca.

02. Como consequência do evento, o requerente adquiriu uma debilidade no membro superior esquerdo, resultado de fratura na mão esquerda, conforme Relatório Médico expedido pelo **Dr. Renato Jorge C. Oliveira**, na ficha de referência.

03. Com isso, Excelência, ciente da existência do seguro obrigatório DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, o Requerente encaminhou o pedido administrativo perante a parte Requerida a fim de receber os valores definidos na aludida lei federal, no seu art. 3º, “II”, com a alteração introduzida pela Lei 11.482/2007, uma vez que foi constatada sua invalidez na via administrativa em virtude das sequelas oriundas do grave acidente.

04. **A INVALIDEZ DO REQUERENTE FOI PRONTAMENTE RECONHECIDA PELA SEGURADORA NA VIA ADMINISTRATIVA, UMA VEZ QUE NO DIA 26/05/2017 LHE FOI PAGA A QUANTIA DE R\$ 1.687,50 (UM MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

05. **Com isso, resta por demais demonstrados nos presentes autos a inquestionável invalidez permanente do Requerente, sendo questionada nesta oportunidade somente a ilegalidade do pagamento efetuado na via administrativa.**

06. Ocorre Exa., que o valor pago não corresponde àquele previsto pela legislação reguladora do Seguro DPVAT, de tal modo que o beneficiário recebeu quantia inferior àquela que deveras tem direito.

07. Tal prática posta em efeito pela Requerida é claramente abusiva e ilegal, motivo este que se faz necessário à intervenção deste Juízo para resolução da presente lide.

## **2. DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

08. Determina o Art. 5º, § 4º, da Resolução nº 109/2004 - SUSEP, que se encontra atualmente e, vigor, o seguinte, *in verbis*:

Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4....
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

§4º Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

09. A Requerida em comento, ante o **princípio da solidariedade** que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, está legitimada para figurar no pólo passivo da presente demanda.

10. Demonstrando mais claramente o **princípio da solidariedade**, prevê o Art. 7º, “caput”, da Lei nº 6.194/74, o seguinte, *in verbis*:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

11. Nesse sentido, é o pacífico entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

STJ: “AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. LEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 e 356/STF. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7.

- A indenização pelo seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no **complexo**, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes.

- Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido.

- “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.” (STJ-3ª Turma. AgRg no Ag 751535 / RJ ; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0048090-6. Min. Rel. HUMBERTO GOMES DE BARROS. j. 24/08/2006. DJ 25.09.2006 p. 268).

**STJ: DIREITO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. VEÍCULOS IDENTIFICADOS. LEGITIMIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA.**

**A indenização do seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes. Recurso especial conhecido e provido. (STJ-4ª Turma. REsp 602165 / RJ ; RECURSO ESPECIAL 2003/0191609-9. Min. Rel. CESAR ASFOR ROCHA. J. 18/03/2004. DJ 13.09.2004 p. 260)**

12.

**Logo, indubitosa a legitimidade passiva da Requerida!**

### **3. DO DIREITO**

#### **DA OBRIGATORIEDADE E DO QUANTUM INDENIZATÓRIO**

13.

§1º, o seguinte:

Aduz a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, no seu art. 5º,

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal

aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos;

14. Desta forma, a presente exordial está devidamente instruída com o Boletim de Ocorrência, do acidente, Ficha de Atendimento Ambulatorial e demais fichas médicas, que comprovam o nexo entre as lesões sofridas pelo requerente e o acidente de trânsito.

15. Por sua vez, o art. 4º, §3º do mesmo diploma nos indica a quem deve ser paga tal indenização:

Art. 4º (...)

§3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

16. Uma vez comprovada à existência do acidente de trânsito acima narrado, bem como das lesões suportadas pelo Requerente oriundas do referido acidente, outra opção não restava à seguradora a não ser o pagamento do Seguro Obrigatório - DPVAT, **nos limites fixados pela lei.**

17. Referida lei ordinária federal, com a alteração introduzida pela Lei 11.482/2007, no seu art. 3º, “II”, determina que:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e



18. Ressalta-se que o valor da indenização a ser pago, deve também cumprimento à tabela legal, atualmente prevista em Lei, o que não se verificava anteriormente. Portanto, apenas se requer o cumprimento da lei, determinando que sejam atendidas as disposições legais.

19. Desta forma, as sequelas suportadas pelo requerente (Fratura na mão esquerda), oriundas do acidente de trânsito, tornam o valor da indenização atribuída “**ínfimo**”, uma vez que verificada a irreversibilidade de sua saúde normal. Vale observar a Tabela abaixo, que determina o quantum a ser pago de invalidez.

**ANEXO**  
**(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).**  
**(Produção de efeitos).**

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

20. Ademais, verifica-se que a norma utiliza uma forma taxativa de quantificar as sequelas existentes, atribuindo a cada órgão ou membro um valor, no mínimo abstrato, uma vez que é impossível, no caso em tela, por exemplo, precisar que o requerente não sofreu lesão grave e irreparável em seu membro inferior direito, que venha inclusive a comprometer toda a função.

21. Neste sentido, resta patente que a indenização por invalidez permanente no Seguro DPVAT corresponde a até a quantia de **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**, e levando-se em conta a aplicação da tabela acima, é fácil constatar que o requerente é merecedor de uma indenização de, no mínimo, **R\$ 9.450,00 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS)**, uma vez que, para tais sequelas se atribui 70% (setenta por cento) do valor total.

22. Com isso, as sequelas que o requerente sofreu, decorrentes do acidente de trânsito, tendo que se submeter a procedimentos cirúrgicos, caracteriza-se como invalidez permanente, conforme foram reconhecidas pelos atendimentos e relatórios médicos (Docs. Anexo). Desta forma, a incapacidade do requerente o torna credor da quantia total indenizável, ao menos nos termos que determina a Lei vigente.

23. É imperioso destacar, ao fato de que a inexistência de Auto de Exame de Corpo de Delito ou Laudo Pericial no processo, não afasta o direito à complementação devida, já que é pacífica a jurisprudência dos tribunais, que o simples pagamento parcial da indenização, mediante processo administrativo, já é suficiente para a constatação de invalidez.

24. Exa., a própria seguradora efetuou indenização, incluindo o Requerente no rol dos beneficiários e o indenizaram nos termos do Art. 3º, II da Lei 6.194/74 (invalidez permanente) após realização de perícia médica pelo próprio convênio DPVAT, resta inequívoca a qualidade de inválida do Requerente. Portanto, trata-se aqui apenas de matéria de direito, onde deve ser analisada a legalidade do ato normativo quantificador do instituto DPVAT.

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. SEGURO (DPVAT). PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. FALTA DE LAUDO E DE EXAME DE CORPO DE DELITO. INCOERÊNCIA. O Laudo do Instituto Médico Legal não se faz imprescindível para a análise do caso em tela. (...) (Recurso Cível. Proc. Nº 2007.0029.9881-3/1. 2ª Turma Recursal dos Juizados Cíveis e Crimais do Estado do Ceará, Rel. Mário Parente Teófilo Neto)”

25. A seguradora Líder, por meio de consulta do sistema de acompanhamento do processo administrativo (Doc. Anexo), realizou o pagamento no dia 25 de maio de 2017, na importância de **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este obtido mediante a aplicação dos percentuais estabelecidos pela resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme demonstrativo da seguradora.

26. Atente-se Exa., que esse cálculo apresenta duas improbidades, senão vejamos:

**I – O cálculo utiliza o percentual da tabela, demonstrada acima, que não traz justiça alguma em seu escopo;**

**II – De outra forma, mesmo se admitindo o fato da aplicação da referida tabela, deveria assim ser aplicado o percentual de 70% (setenta por cento), previsto para o tipo de lesão da requerente;**

27. Dessa forma, levando-se em conta as impropriedades do cálculo realizado pela seguradora, é cristalino que o requerente é credor do valor de **R\$ 9.450,00** e não de apenas **R\$ 1.687,50**, ou seja, sob todos os aspectos a indenização paga pela seguradora, foi realizada de forma incorreta.

28. Evidente assim o principal objeto da presente lide, que é a busca pelo correto pagamento do seguro, alicerçado juridicamente pelo entendimento acima exposto.

29. Nessa estreita, o valor que deveria ser pago era de **R\$9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, nos termos do art. 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74.



30. Resultante assim, para que possa evidenciar o distúrbio entre o valor pago e valor devido, vejamos a tabela abaixo:

Valor Legal (art. 3º, II da Lei 6194/74)	R\$ 9.450,00
Valor recebido em 30.05.2016	R\$ 1.687,50
<b>Remanescente</b>	<b>R\$ 7.762,50</b>

31. É notório que o requerente recebeu quantia inferior a qual tem direito, restando assim receber o valor de **R\$ 7.762,50 (sete mil e setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** correspondente à diferença que a requerida indevidamente deixou de lhe pagar.

32. É de suma importância constar, ainda, que essa importância é devida mesmo que o beneficiário tenha assinado recibo dando plena quitação à requerida, o que de fato não ocorreu. Esse é o entendimento dos tribunais, senão vejamos:

**TURMAS RECURSAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL.**

**SÚMULA Nº 14 – DPVAT**

QUITACÃO – A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei.

33. Por tais fundamentos, Excelência, constata-se claramente incontroverso o direito ora pleiteado, pelo que se espera seu pleno reconhecimento.

**DO DANO MORAL**

34. O Código Civil, normatiza a reparabilidade dos danos, causados por atos ilícitos, oriundos da ação, omissão, imprudência ou negligência do agente. Estando tais atos definidos pelo art. 186:

*Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

35. Não obstante o artigo supra, o dever de indenizar é mesmo disciplinado pelo art. 927 do Código Civil de 2002.

*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

36. Então, o caráter indenizatório visa, precipuamente, amenizar, se é que isso é possível, as consequências do dano, sejam elas psíquicas ou econômicas.

37. Desta feita, existem circunstâncias em que o ato lesivo afeta a personalidade do indivíduo, a sua honra, seu bem-estar íntimo, seu brio, amor próprio, enfim, sua individualidade. Todavia, a reparação, em tais casos, reside no pagamento de uma pecúnia, alvitrada pelo juiz, que possibilite ao lesado uma tentativa de satisfação compensatória da sua dor íntima.

38. A ilustre civilista, Maria Helena Diniz, se manifestou sobre o tema:

*“A reparação do dano moral cumpre, portanto, uma função de justiça corretiva ou sinalagmática, por conjugar, de uma só vez, a natureza satisfatórias da indenização do dano moral para o lesado, tendo em vista o bem jurídico danificado, sua posição social, a repercussão do agravo em sua vida privada e social e a natureza penal da reparação para o causador do dano, atendendo a sua situação econômica, a sua intenção de lesar, a sua imputabilidade etc.”*

39. Assim sendo, ante o caso em questão, evidencia-se que o patrimônio moral do requerente foi realmente ofendido e merece uma reparação. Embora a indenização não consiga desfazer o ato ilícito, não restam dúvidas de que possui um caráter paliativo e consolador.

40. O ato da Seguradora/requerida, mesmo diante de todas as medidas tomadas pelo requerente durante o processo administrativo, quedou-se em submeter este a uma situação de estresse constante, indignação e constrangimento, se negando assim a realizar a reparação do dano em detrimento do que preconiza a lei vigente, não restando outra alternativa senão valer-se do judiciário para a obtenção de sua pretensão.

### **DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO**

41. Tendo em vista a natureza do direito e demonstrando espírito conciliador, o requerente desde já, nos termos do art. 334 do NCPC/2015, manifesta interesse em auto composição, aguardando a designação de audiência de conciliação.

### **DA JUSTIÇA GRATUÍTA**

42. Inicialmente, REQUER, a V.Exa., sejam deferidos os benefícios da **gratuidade da justiça**, com fulcro na Lei 1.060/50 c/c os arts. 98 e ss do NCPC/2015, por não terem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de seus filhos, conforme declaração de pobreza que instrui a exordial.

### **4. DOS PEDIDOS**

43. Ante todo o exposto, vem o Requerente pugnar pelos seguintes pedidos:

- a) PRELIMINARMENTE, o benefício da justiça gratuita, por não ter condições de arcar com as custas processuais e demais despesas oriundas do presente feito, conforme declaração em anexo;
- b) Designação de audiência conciliatória, com a consequente citação/intimação da Requerida para comparecer ao referido ato e, querendo, apresentar defesa no prazo legal, sob pena das cominações legais;

- c) Julgamento procedente do presente feito em todos os seus termos, condenando a Promovida ao pagamento do valor remanescente a que tem direito a parte Autora, no valor de **R\$ 7.762,50 (sete mil e setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, correspondente ao valor máximo indenizável, tudo consoante ao que determina a tabela anexa à Lei nº 6.194/74;
- d) A condenação da parte Requerida em danos morais, no valor de **R\$10.000,00 (dez mil reais)**, referente aos danos causados ao Requerente;
- e) A condenação da parte requerida em honorários advocatícios, em não menos que 20% (vinte por cento).

Requer e Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidos, com documentos juntos, testemunhas a serem arroladas posteriormente, juntada posterior de documentos e demais que se fizerem necessárias para o deslinde do feito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 17.762,50 (dezessete mil, setecentos e sessenta e dois reais).

Pede e Espera Deferimento.

Viçosa do Ceará/CE, 15 de outubro de 2019.

**p.p. Dr. Carlos Antonio Brito de Oliveira**  
**OAB/CE nº 31.972**

**Dr. Nathaniel Mendes de Vasconcelos**  
**OAB/CE nº 34.325**

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA" E "ET EXTRA"

OUTORGANTE(S): Francisco Edmundo da Silva,  
 brasileiro(a), casado (estado civil), vigilante (profissão),  
 portador (a) da cédula de identificação RG nº 2007534278-7  
 devidamente inscrito no CPF sob nº 828.845.873-49, residente e  
 domiciliado no Bairro São José  
Alagoinha do Ceará.

OUTORGADO(S), CARLOS ANTONIO BRITO DE OLIVEIRA, brasileiro,  
 casado, advogado inscrito na OAB/CE sob o Nº 31.972 e NATHANIEL MENDES  
 DE VASCONCELOS, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/CE sob o  
 nº 34.325, ambos com escritório situado à Rua Padre José Beviláqua, nº 022, Bairro  
 Centro, Viçosa do Ceará/CE, CEP 62300-000.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, nomeia e constitui  
 seu bastante procurador e advogado, o outorgado acima qualificado, para o fim  
 de representá-la com amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad  
 judicium" e "et extra", em qualquer Fórum ou Tribunal, órgão ou instância  
 administrativa Federal, Estadual ou Municipal, podendo propor contra quem de  
 direito as ações cabíveis e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até  
 final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s),  
 ainda, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, firmar compromissos  
 ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta na pessoa  
 de outrem, com ou sem reservas de iguais poderes dando tudo por bom, firme e  
 valioso.

Viçosa do Ceará/CE, 29 de Maio de 2017.

Francisco Edmundo da Silva  
 (nome)  
 CPF nº 828.845.873-49





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 2807534278 - 7	DATA DE EXPEDIÇÃO 09/05/2010
NOME FRANCISCO EDNARDO DA SILVA	
FILIAÇÃO ROSENIRA FELIX DA SILVA	
NATURALIDADE VIÇOSA DO CEARÁ - CE	DATA DE NASCIMENTO 01/12/1977
DOC. ORIGEM CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 1535 FOLHA: 55V	
LIVRO: B-07 VIÇOSA DO CEARÁ - CE	
CPF 828.845.873-49	RG: ANT: 2957483-95
1 VIA	P.: 14
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/09/85	

3129979-2

Para efetuar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Companhia Energética do Ceará  
Rua Pedro Veldovino, 150  
CEP 60135-040 | Fortaleza CE  
CNPJ 07047251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

Cooper  
Sociedade

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

Rota 18 31140 01 028000 - 1 Data de Emissão 467358564  
Nome FRANCISCO EDUARDO DA SILVA 22/02/2017  
End. Postal BAIRRO SAO JOSE 00000  
VICOSA - VICOSA CEARA - 62300000  
Medidor 2081331  
Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO Poste 0000 0000  
RG/CPF/CNPJ 828845873-49 Fator de Potência 0,00  
Nome do Responsável CGF

Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próxima Leitura	ÍNDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO
Fev/2017	22/02/2017	27/03/2017	Veja a legenda no verso desta conta.
			Conjuntado 1741P00A
			Dez/2016
			ELSD 9,54
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	Apuração Individual
47,79	27,00%	12,90	Mensal Trim. Anual Mensal Trim. Anual
			DIC 5,31 10,62 21,25 0,00 0,00 0,00
			FIC 3,36 6,72 13,45 0,00 0,00 0,00
			DMIC 3,00 0,00 0,00

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL  
ZEM, FUI, 2649,065, 4254,0095, D132,5436

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Pat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
7159	7092	1,00	67	0,00	0	0,71240	47,79
22/02/17	25/01/17		28 Dias				

VALOR CONSUMO DO MES 47,79  
MULTA MORATORIA REF 01/2017 0,97  
JUROS DO MES 0,11  
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL 5,88

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO	HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)
Energia 20,57	72 67 68 78 75 68 80 72 75 79 59 62
Transmissão 8,51	
Distribuição 2,17	
Encargos Setoriais 3,50	
Tributos (ICMS PIS/COFINS) 15,94	
TOTAL 47,79	

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> (kg/kWh)  
Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO<sub>2</sub>) 28,96  
Compensado kg (CO<sub>2</sub>) 0,00  
Consciência Ecológica(%CO<sub>2</sub>) 0%

Conta de Energia Elétrica nº 3129979-2, emitida em 22/02/2017, referente ao mês de fevereiro de 2017.

Declaração de Residência(Lei nº 7.115/53)

Eu, Francisco Edmundo da Silva, abaixo assinado, brasileiro(a), estado civil casado, profissão Vigilante, portador(a) do RG nº 2007534278-7 SSP/ce e CPF nº 828.845.873 49 filho de pai N.C e mãe Rozemina Félix da Silva DECLARO, para os devidos fins, conforme artigo 1º da Lei 7.115/83, que sou residente e domiciliado na Bairro São José, nº 5A bairro São José, na cidade de Alipora do Ceará - ce ponto de referência (próximo à) Ignaja.

DECLARO ainda ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Alipora do Ceará - ce 29/05/2017.

Francisco Edmundo da Silva

## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu Francisco Ednardo da Silva  
nacionalidade Brasileiro, estado civil casado  
profissão Vigilante, RG nº 2007534278-7 SSP/ CE  
CPF nº 828.845.873-49, residente e domiciliado(a) na  
Bairro São José, nº SN, bairro São José  
na cidade de Quicosa do Ceará, venho por meio desta, Declarar, nos  
termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para todos os fins de direito, que  
não possuo condições financeiras de arcar com o pagar com o pagamento de custas  
processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais sem prejuízo próprio  
e familiar, vindo requerer perante este Nobre Juízo, os benefícios da Justiça Gratuita  
sob as penas da Lei.

Declaro ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso  
inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplina no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Quicosa do Ceará - CE, 29 de Maio de 2017.

Francisco Ednardo da Silva

Assinatura



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE VICOSA DO CEARÁ

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 570 - 333 / 2017

*Dados da Ocorrência*

Natureza do Fato: **ACIDENTES - OUTROS**  
Data / Hora da Comunicação: **13/03/2017 12:05:20**  
Data / Hora da Ocorrência: **21/02/2017 20:00:51**  
Endereço da Ocorrência: **AVENIDA LAMARTINE NOGUEIRA**  
Complemento:  
Bairro: **SÃO JOSÉ** Município: **VICOSA DO CEARÁ/CE**  
Ponto de Referência: **DONA JOANA**

*Notificante(s)*

Nome: **FRANCISCO EDNARDO DA SILVA**  
Nascimento: **01/12/1977** CPF:  
RG: **20075342787** Órgão Emissor: **SSPDS** UF: **CE**  
Filiação: **ROSEMIRA FELEX DA SILVA**  
**NC**  
Endereço: **RUA VEREADOR JUAREZ FONTENELE**  
Bairro: **SÃO JOSÉ** CEP: **62.300-000**  
Município: **VICOSA DO CEARÁ/CE**  
País: **BRASIL** Telefone:

*Histórico*

O NOTICIANTE AFIRMA QUE TRAFEGAVA COM A MOTOCICLETA HONDA BIZ 125 ES, COR VERMELHA, PLACA HXY 6644, ANO E MODELO 2009/2009, CHASSI 9C2JE42209R048958, DE PROPRIEDADE DE ESMERALDINA DA SILVA PASSOS, QUANDO ENVOLVERAM-SE EM ACIDENTE DE TRANSITO, APÓS DESVIAR-SE DE UM ANIMAL RAPOSA QUE INVADIU A ESTRADA, CHEGANDO O NOTICIANTE A CAIR AO CHÃO E FICANDO COM LESÕES CORPORAIS CONFORME A FICHA DE ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL EM ANEXO. ESTE B.O É PARA FINS DPVAT, QUE NADA MAIS DISSE.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA MUNICIPAL DE VICOSA DO CEARÁ

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

SERGIO TENIQUE OLIVEIRA FERREIRA - MAT.: 300265-1-9

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

Francisco Edmarcelo da Silva

VISTO DO DELEGADO(A):

GREGORIO JOSE DE OLIVEIRA NETO - MAT.: 196805-1-6



Buscar no site

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3170248609 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** FRANCISCO EDNARDO DA SILVA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA-Filial Fortaleza-CE**BENEFICIÁRIO** FRANCISCO EDNARDO DA SILVA**CPF/CNPJ:** 82884587349**Posição em 25-05-2017 08:13:50**

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

Valor: R\$ 1.687,50

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
26/05/2017	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

## ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)  
Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)  
Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)  
Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

## PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)  
Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)  
Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

## ACOMPANHE O PROCESSO

**BOLETIM DE ATENDIMENTO**

Por: ESUS DESENVOLVIMENTO

Nr.BE.....: 42828 Data: 21-02-2017 Hora: 20:00

Incluído/Atualizado por: ESUS

Paciente.....: FRANCISCO EDNARDO DA SILVA

CARTAO SUS...:

Sexo.....: MASCULINO

Mãe.....: ROSIMIRA FELIX DA SILVA

Estado Civil: CASADO

Naturalidade: VICOSA DO CEARA

RG.....:

Endereço.....: BAIRRO SAO JOSE

Bairro.....:

RESPONSÁVEL.: ( )

Data de Nascimento: 01-12-1977

Pai.....: NC

Cor.....:

Nacionalidade.....: BRASILEIRO

CPF.....:

Número.....: nc

Cidade.....: (CE)

Prontuário: 21882

Idade.....: 39a 02m 20d

Ocupação...:

FONE.....: C

SisPrénatal: /-...

CEP.....: 623000

DOCUMENTO.....:

CPF.....:

Unia.Interna: EMERGENCIA HMMVC

Médico.....:

SUS - PRONTO ATENDIMENTO

Especialidade:

PA: [130x80]mmHg

PULSO: [ ]

TEMP: [ ]

PESO: [ ]

ESTATURA: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ]

RAIOX [ ]

SANGUE [ ]

URINA [ ]

TC [ ]

LIQUOR [ ]

EG [ ]

ULTRASONOGRAFIA [ ]

SUSPEITA DE VIOLÊNCIA OU MAUS TRATOS.: [ ] SIM [ ] NÃO

DADOS CLÍNICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM:

*Paciente referiu trauma em membro superior direito.*

*Trauma em não exposto.*

*Etiologia*

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO:

HORARIO DA MEDICAÇÃO:

*1) Analgésico dos pontos*  
*2) Antibiótico 2x ao dia*  
*3) Redução de edema*

DATA DA SAÍDA: / /

HORA DA SAÍDA: :

ALTA: [ ] DECISÃO MÉDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASÃO [ ] DESISTÊNCIA [ ] ENCAMINHADO AO AMBULATÓRIO

INTERNAÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERÊNCIA (UNIDADE DE SAÚDE):

BITO: [ ] ATE 48HS [ ] APÓS 48HS [ ] FAMÍLIA [ ] IML [ ] ANATOMIA PATOLÓGICA

*Emeraldina da Silva Ramos*

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

*Francisco Ednardo P. da Silva*  
**MÉDICO**  
CRM: 17373

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO  
HOSPITAL E MATERNIDADE MADALENA NUNES  
Guia de atendimento - AMBULATORIO

3478

Impressão: 31/03/2017 08:06  
Página 1  
v2017001

<b>DADOS DO PACIENTE</b>	
Prontuário 191197	Atendimento 0002
Nome do Paciente FRANCISCO EDINARDO DA SILVA	
Documento(s) CPF: 828.845.873-49	
Data de Nascimento 01/12/1977	Local VICOSA DO CEARA/CE
Pai NC	Mãe ROSEMIRA FELIX DA SILVA
Endereço RUA VEREADOR JUAREZ FONTENELE, SN	Bairro SAO JOSE
Profissão VIGILANTE	Empresa
Responsável FRANCISCO EDUARDO DA SILVA	CPF do Responsável
Endereço RUA VEREADOR JUAREZ FONTENELE, SN	
CNPJ 62300-000	Município VICOSA DO CEARA
UF CE	Telefone 88 94411623
<b>DADOS DO ATENDIMENTO</b>	
Data Atendimento 31/03/2017	Hora 08:06
Convênio SUS	Matrícula
Profissional do Atendimento RENATO JORGE CARVALHO OLIVEIRA	CID
Indicador de Acidente	CRM/UF 7644/CE
Observação	Funcionário LEILA MARIA LINHARES DE SA
Sala	Tipo de Saída ( ) Alta ( ) Internação ( ) Óbito
Vitais	Data/Hora Liberação
Altura (cm)	T (°C)
P (bpm)	R (mpm)
PA (mmHg)	
Motivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)	

Prontuário  
mãe E

mt

R 1: m...  
m 3 x 30 m



m

RENATO JORGE CARVALHO OLIVEIRA - CRM: 7644

Francisco Eduardo da Silva  
Assinatura Paciente/Responsável  
Responsável: FRANCISCO EDUARDO DA S



## FICHA DE REFERÊNCIA



CO DE SAÚDE - SUS / CEARÁ

Origem: \_\_\_\_\_

Sanitário: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Pessoa: PEREIRA, OSMAR J. SILVA

Prontuário Nº: \_\_\_\_\_

Sexo: ☒ M ☐ F Data de Nascimento: 01/02/1977 Ocupação: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

Motivo do Encaminhamento: Prontuário de modo de fazer a cura

Resultado do(s) Exame(s):

Rx final

Conduta já Realizada: \_\_\_\_\_

Impressão Diagnóstica: Prontuário

Dr. Manoel Alves da Cruz Santos

MÉDICO

Assinatura do Encaminhante - Nº Registro

Função

Data

Hora

## AGENDAMENTO

Encaminhamento para Atendimento: \_\_\_\_\_

☐ Ambulatorial☐ Hospitalar☐ Auxílio Diagnóstico

Procedimento: \_\_\_\_\_

Profissional: \_\_\_\_\_

Unidade de Referência: \_\_\_\_\_

Assinatura do Encaminhante - Nº Registro

Função

Data

Hora

## FICHA DE CONTRA-REFERÊNCIA(\*)

Unidade de Referência: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Prontuário Nº \_\_\_\_\_

Data da Alta: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Resumo Clínico / Cirúrgico: \_\_\_\_\_

Resultado do(s) Exame(s): \_\_\_\_\_

Diagnóstico: Principal

Secundário 1

Secundário 2

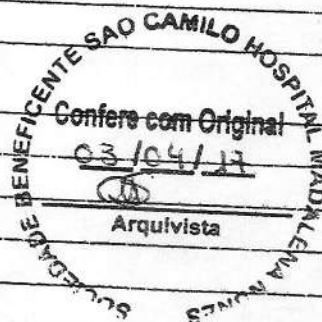
Proposta de Consulta para seguimento: \_\_\_\_\_

O problema justificou a referência? Sim ☐ Não ☐ O motivo da referência coincide com o diagnóstico? Sim ☐ Não ☐

Assinatura do Consultante - Nº Registro

Função

Data



Arquivista

CID: \_\_\_\_\_

CID: \_\_\_\_\_

CID: \_\_\_\_\_

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Viçosa do Ceará

Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará

Praça Destrino Carneiro Passos, S/N, Fórum Desembargadora Águeda Passos, Centro - CEP 62300-000, Fone: (88) 3632-1187, Viçosa do Ceará-CE - E-mail: vicosa@tjce.jus.br

**DESPACHO INICIAL (CITAÇÃO ELETRÔNICA)**

Processo nº: **0050092-15.2019.8.06.0182**  
Classe: **Procedimento Comum**  
Assunto: **Seguro**  
Requerente: **Francisco Ednardo da Silva**  
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica.

Cite-se a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial.

Expedientes Necessários.

Viçosa do Ceará (CE), 27 de março de 2020.

**Fabio Rodrigues Sousa**  
**Juiz de Direito Respondendo**





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Viçosa do Ceará

Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará

Praça Destrino Carneiro Passos, S/N, Fórum Desembargadora Águeda Passos, Centro - CEP 62300-000,  
Fone: (88) 3632-1187, Viçosa do Ceará-CE - E-mail: vicosa@tjce.jus.br Viçosa do Ceará

## CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0050092-15.2019.8.06.0182**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Francisco Ednardo da Silva e outro**  
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**  
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada << Informação indisponível >>**

Senhor(a) Representante Legal do(a)

A presente carta, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Fabio Rodrigues Sousa**, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. Para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.

Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada pela internet no site [www.tjce.jus.br](http://www.tjce.jus.br) informando o número do processo e a senha que segue à margem superior direita, documento pessoal e intransferível, a qual permite total acesso à tramitação processual, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº. 11.419/2006, como parte integrante desta carta.

Viçosa do Ceará/CE, 27 de março de 2020.

**Servidor SEJUD**  
**Provimento n.º 1/2019 da CGJ**

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Viçosa do Ceará

Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará

Praça Destrino Carneiro Passos, S/N, Fórum Desembargadora Águeda Passos, Centro - CEP 62300-000, Fone: (88) 3632-1187, Viçosa do Ceará-CE - E-mail: vicosa@tjce.jus.br

**CERTIDÃO**

Processo nº: **0050092-15.2019.8.06.0182**  
Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**  
Classe: **Procedimento Comum**  
Assunto: **Seguro**  
Requerente: **Francisco Ednardo da Silva**  
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

**CERTIFICA-SE** que em 07/04/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Defiro a gratuidade judiciária. Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica. Cite-se a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial. Expedientes Necessários."

**Viçosa do Ceará/CE, 07 de abril de 2020.**